

Se o Agro for tudo, estamos lascados!

A indústria competitiva e exportadora é crucial para que o Brasil consiga crescer de maneira sustentável e volte a gerar empregos.

Cenário político coloca em risco a agenda da reforma da previdência

Estudo da Instituição Fiscal Independente mostra que a reforma da previdência é condição necessária para a sobrevivência do teto dos gastos.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Se o Agro for tudo, estamos lascados!

A indústria competitiva e exportadora é crucial para que o Brasil consiga crescer de maneira sustentável e volte a gerar empregos.

A supersafra de grãos colhida neste ano é um alento para o Brasil, que sofre com dois anos consecutivos de recessão. As 233 milhões de toneladas terão com destino mais de 150 países e ajudarão a aquecer a atividade econômica de diversos setores e regiões do País. A competitividade que possuímos na produção de produtos primários é algo que deve ser comemorado. O aumento da produção, a adoção de novas tecnologias pelo setor e a busca pela agregação de valor do produto primário dentro do nosso país devem ser os objetivos de um país com tamanho potencial produtivo.

Nessa conjuntura, há expectativa de que o saldo comercial brasileiro atinja US\$ 56,2 bilhões, conforme o Relatório Focus do Banco Central. Essa notícia é positiva do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico, mas esconde a triste realidade da indústria. A nossa expectativa aponta para um déficit comercial dos produtos manufaturados de US\$ 56,9 bilhões. Essa estimativa, leva em conta que a retomada da economia brasileira aquecerá a demanda por produtos industrializados. Também sabemos que as importações são altamente pró-cíclicas, ou seja, o crescimento da renda implica no aumento do consumo de produtos importados. Sabemos que grande parte dessas importações são realizadas pela própria indústria, que busca suprir-se de insumos, matérias primas, máquinas e equipamentos. Como já demonstramos no Informe Econômico nº 47/2016 ([Saiba como o Brasil destruiu a sua indústria](#)), o problema do déficit de manufaturados não decorre das importações em si, mas da baixa competitividade interna e externa.

Em que pese o setor tenha reduzido significativamente a sua participação no PIB ao longo dos últimos anos, chama a atenção a naturalidade com que esse problema é enfrentado por todos os segmentos da sociedade. O que ocorre com a indústria é apenas um espelho das mazelas do ambiente de negócios brasileiro. O problema é que esse segmento compete internacionalmente num mercado com mais barreiras e concorrentes. A indústria é o segmento mais exposto e o que mais sofre com baixa competitividade brasileira dentro e fora do País.

Há economistas que defendem que deveríamos abandonar o projeto de ser uma potência industrial e focar naquilo que já somos realmente competitivos, como alguns países fizeram e foram bem sucedidos. Essa seria a saída se não fossemos tão grandes e populosos. Não há *commodities* pra todos os brasileiros e precisaremos mais do que isso para superar a armadilha da renda média. Se dividirmos o volume de exportações de *commodities* por habitante, no Brasil teríamos uma renda *per capita* de US\$ 569, utilizando dados de 2015 e considerando a Paridade do Poder de

Compra. Outros países que conseguiram gerar crescimento baseado em *commodities* têm uma relação *commodity*/habitante muito mais favorável, este é o caso da Noruega (US\$ 4.601 *per capita*), Austrália (US\$ 6.011), Canadá (US\$ 4.692) e Chile (US\$ 2.993). Mesmo os EUA, que é o maior exportador agrícola do mundo, tem uma relação mais favorável (US\$ 959). Evidentemente que essa é uma métrica reducionista e não leva em conta outras particularidades da economia desses países, mas é oportuna para fins didáticos.

Além disso, a agricultura gera poucos postos de trabalho de forma direta e indiretamente na comparação com a indústria. Apenas diretamente, a indústria possuía 10,5 milhões de vínculos formais em 2015, conforme as informações da RAIS. Por sua vez, o setor primário empregava apenas 1,5 milhão diretamente. Os dados do IBGE mostram que para cada R\$ 1,00 produzido na indústria são gerados R\$ 2,32 na economia brasileira. Na Agricultura e no Comércio e Serviços, o valor gerado é menor, R\$ 1,67 e R\$ 1,51, respectivamente. O que esses números querem dizer é que a indústria mobiliza e gera mais conexões entre si e os demais setores da economia, o que resulta em maior número de empregos gerados e valor adicionado. A mensagem é clara: vamos levar muito mais tempo para chegar ao patamar de um país desenvolvido apostando apenas no crescimento via exportação de produtos com baixa complexidade.

Além disso, há outras questões que poderiam ser consideradas. A estrutura de mercado e às oscilações nas cotações internacionais desses produtos tornam a renda muito volátil. A industrialização foi o caminho trilhado por todos os países que se tornaram desenvolvidos nos últimos 60 anos. Nesse período, nenhum conseguiu tal façanha com uma economia baseada na agricultura.

Atualmente, estamos com 14,2 milhões de desempregados. Quando consideramos nessa conta os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, que são aqueles que gostariam de trabalhar mas não procuraram emprego, a situação fica ainda mais dramática. Nessa dimensão do desemprego, há 26,5 milhões de trabalhadores subutilizados.

Mais uma vez, reiteramos que o fracasso internacional da indústria não decorre do sucesso da agricultura e da indústria extrativa. Nossa situação seria ainda pior se as nossas *commodities* não fossem competitivas. Apenas chamamos a atenção para a necessidade de criar um ambiente favorável para o aumento da competitividade da indústria de transformação e para a geração de empregos. As soluções não são nada fáceis e rápidas e, na última década, ao invés de avançar, retrocedemos. Em outro Informe Econômico abordaremos essas alternativas.

Cenário político coloca em risco a agenda da reforma da previdência

Estudo da Instituição Fiscal Independente mostra que a reforma da previdência é condição necessária para a sobrevivência do teto dos gastos.

As divulgações de áudios e vídeos que compõe a delação da JBS abalaram o cenário político nacional. O choque institucional do dia 17/05 ocorreu justamente quando a economia dava sinais de recuperação e de aumento de confiança. Com isso, a agenda política voltou a se sobrepor a agenda econômica. Nesse contexto, as reformas ficaram extremamente ameaçadas. Logo após os eventos da última quinta-feira, a tramitação das reformas trabalhista e da previdência foi suspensa por seus respectivos relatores. Não se sabe quanto tempo demorará até que elas retornem a pauta, ou se elas serão, até mesmo, abandonadas, mas é certo que estão em compasso de espera.

Independentemente do desfecho do imbróglio político, deve-se reiterar a imperatividade das reformas relacionadas ao ajuste fiscal, em especial a da previdência, para que elas retornem ao centro da discussão o quanto antes.

O último Relatório de Acompanhamento Fiscal, divulgado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), traz um estudo interessante que mostra que, sem a reforma, haveria o descumprimento do teto para as despesas primárias da União, previsto pela EC 95/2016, já em 2022. No trabalho, a IFI calcula a margem fiscal do Governo e mostra como ela seria paulatinamente consumida pelas despesas obrigatórias, o que resultaria no estrangulamento do teto.

Grosso modo, a margem fiscal é dada pela diferença entre o teto de gastos e as despesas obrigatórias e incomprimíveis da União. Por construção, a margem fiscal é diferente do montante de despesas discricionárias. Isso porque, no gasto discricionário há ainda despesas que deverão ser executadas para que sejam cumpridas as aplicações mínimas em saúde e educação. Além disso, a margem se refere apenas ao Poder Executivo, não incluindo as despesas discricionárias dos demais poderes. Sendo assim, ela é uma medida mais fidedigna das despesas passíveis de redução do que propriamente as despesas discricionárias. A lógica do cálculo da margem fiscal é, portanto, simples. Conforme ela se aproxima de zero, menos espaço a União tem para fazer contingenciamentos, e mais perto ela está de romper o teto.

A elevada concentração de despesas obrigatórias no orçamento do governo dificulta muito o cumprimento do Novo Regime Fiscal. Grande parte destas despesas tem dinâmica própria, crescendo acima da inflação. Esse movimento reduz gradativamente a margem fiscal. Nesse sentido, a previdência tem papel central. Segundo a IFI, em 2016, a previdência respondeu por cerca de 43% das despesas sujeitas ao teto. Sem a reforma, estima-se que essa proporção atingirá 67% em 2030. Na atual conjuntura, a IFI calcula que a margem fiscal se

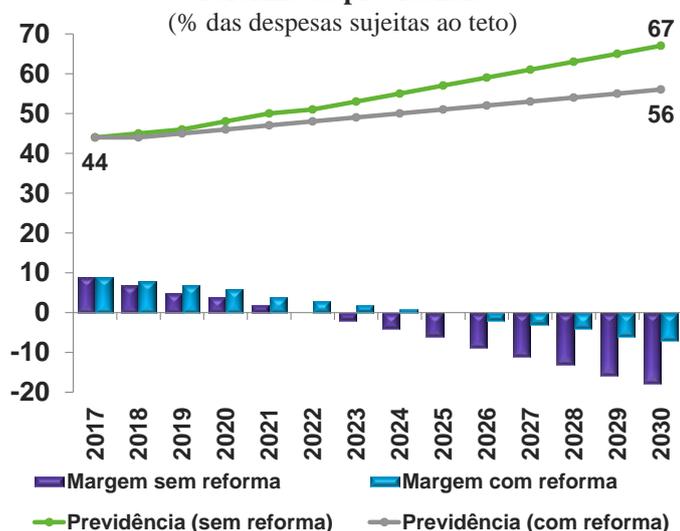
reduzirá a zero em 2022, acarretando o estrangulamento do teto já em 2023.

A título de exercício, a IFI constrói um cenário hipotético em que proposta original da reforma da previdência é aceita. Nesse cenário, as despesas previdenciárias chegariam a 56% das despesas obrigatórias da União em 2030, uma redução considerável em relação à projeção sem reforma. A margem fiscal, por sua vez, se reduziria a zero em 2025, e passaria a ser negativa em 2026. Ou seja, haveria uma folga de mais três anos para o risco de descumprimento do teto constitucional. Diante de uma emenda que perdurará por vinte anos, fica claro que a reforma não é suficiente para o ajuste, mas é necessária.

Vale ressaltar que, embora se vislumbrem possíveis economias e ganhos de eficiência entre as despesas que compõe a margem fiscal, reduzi-las a zero não parece plausível, sob pena de impedir o funcionamento da administração pública. Além disso, a completa redução da margem esgotaria o espaço para execução de políticas públicas e relegaria aos próximos presidentes a mera administração da folha de pagamentos. Vale observar que esse movimento não é muito diferente do que acontece no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro atualmente. Levando isso em consideração, o risco fiscal se torna ainda mais elevado.

O mais importante a se observar no estudo não é o risco de descumprimento do teto em si, mas a necessidade de se racionalizar a despesa pública. Fica evidente que o teto não deve se restringir a despesa discricionária da União. Ele deve, essencialmente, servir para se repensar a rigidez das despesas obrigatórias. Seja qual o for o governo ao final da crise política atual, não há alternativa melhor para a sustentabilidade das contas públicas do que o prosseguimento das reformas estruturais.

Margem Fiscal da União – Cenários com e sem reforma da previdência



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.